



PAPERS DO NAEA

ISSN 15169111

PAPERS DO NAEA Nº 152

**CONDIÇÕES E LIMITES DE EMPREENDIMENTOS
FABRIS DE BASE EXTRATIVA NA AMAZÔNIA:
BENEFICIAMENTO DA CASTANHA**

**Rosa Elisabeth Acevedo Marin
Marília Ferreira Emmi**

Belém, Outubro de 2000

O Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) é uma das unidades acadêmicas da Universidade Federal do Pará (UFPA). Fundado em 1973, com sede em Belém, Pará, Brasil, o NAEA tem como objetivos fundamentais o ensino em nível de pós-graduação, visando em particular a identificação, a descrição, a análise, a interpretação e o auxílio na solução dos problemas regionais amazônicos; a pesquisa em assuntos de natureza socioeconômica relacionados com a região; a intervenção na realidade amazônica, por meio de programas e projetos de extensão universitária; e a difusão de informação, por meio da elaboração, do processamento e da divulgação dos conhecimentos científicos e técnicos disponíveis sobre a região. O NAEA desenvolve trabalhos priorizando a interação entre o ensino, a pesquisa e a extensão. Com uma proposta interdisciplinar, o NAEA realiza seus cursos de acordo com uma metodologia que abrange a observação dos processos sociais, numa perspectiva voltada à sustentabilidade e ao desenvolvimento regional na Amazônia.

A proposta da interdisciplinaridade também permite que os pesquisadores prestem consultorias a órgãos do Estado e a entidades da sociedade civil, sobre temas de maior complexidade, mas que são amplamente discutidos no âmbito da academia.

Papers do NAEA - Papers do NAEA - Com o objetivo de divulgar de forma mais rápida o produto das pesquisas realizadas no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) e também os estudos oriundos de parcerias institucionais nacionais e internacionais, os Papers do NAEA publicam textos de professores, alunos, pesquisadores associados ao Núcleo e convidados para submetê-los a uma discussão ampliada e que possibilite aos autores um contato maior com a comunidade acadêmica.



Universidade Federal do Pará

Reitor

Cristovam Wanderley Picanço Diniz

Vice-reitor

Telma de Carvalho Lobo

Núcleo de Altos Estudos Amazônicos

Diretor

Edna Maria Ramos de Castro

Diretor Adjunto

Marília Emmi

Conselho editorial do NAEA

Armin Mathis

Edna Ramos de Castro

Francisco de Assis Costa

Gutemberg Armando Diniz Guerra

Indio Campos

Marília Emmi

Sector de Editoração

E-mail: editora_naea@ufpa.br

Papers do NAEA: Papers_naea@ufpa.br

Telefone: (91) 3201-8521

Paper 152

Revisão de Língua Portuguesa de responsabilidade do autor.

CONDIÇÕES E LIMITES DE EMPREENDIMENTOS FABRIS DE BASE EXTRATIVA NA AMAZÔNIA: BENEFICIAMENTO DA CASTANHA*

Rosa Elizabeth Acevedo Marin¹

Marília Ferreira Emmi²

Resumo:

O artigo levanta pontos de uma problemática da industrialização na região Amazônica, no caso específico de domínio de uma base extrativa (extrativismo vegetal). Verifica os empreendimentos fabris que se instalaram em núcleos urbanos da Amazônia, desde fins do século passado, e que tiveram por base a coleta de gêneros extrativos e a orientação para o mercado externo. Examina o beneficiamento da castanha do Pará vinculando-a a estrutura e desempenho da economia regional. Faz um levantamento das usinas e sua evolução através do tempo até a fase atual. Essas usinas compõem um conjunto de estabelecimentos com trajetórias pouco diversificadas, enquanto as tecnologias não são absorvidas e as práticas autoritárias generalizam-se no seu interior. Como no passado o beneficiamento de castanha não encontrou espaço na conceituação rigorosa de indústria, refazendo-se enquanto vinculada às estratégias latifundiárias e mercantis-exportadoras de grupos dominantes na economia da castanha.

Palavras-Chaves: Extrativismo vegetal. Castanha do Pará. Beneficiamento da castanha. Exportadores de castanha. Grupos oligárquicos.

Abstract:

This article raises points regarding a problem with industrialization in the Amazon region, in the specific case of those with an extractive base (vegetal extraction). The paper verifies the industrial initiatives which have been installed in Amazonian urban centers since the end of the last century, which were based on the collection of extractive products and were oriented towards the export market. Next paper examines the processing of Brazil nuts and its links to the structure and performance of the regional economy. The paper also undertakes a survey of the Brazil nut processing factories and their development through time up to the present phase. These factories comprise a group of establishments with little diversity in their respective trajectories. New technologies are not absorbed and authoritarian industrial practices have become generalized in the interior. As in the past, the processing of Brazil nuts did not find space in the prevailing rigorous conception of industry, the Brazil nut industry remade itself while linked to the large land owning and mercantile export strategies of the dominant groups in the Brazil nut economy.

Keywords: Industrialization. Vegetal extraction. Industrial initiatives. Brazil nuts.

* Texto originalmente publicado nos Anais da Conferência Internacional de História de Empresas, realizado em Niterói-RJ de 22 a 25 de outubro de 1991. P. 401/425.

¹ Professora e pesquisadora do NAEA/UFPA

² Professora e pesquisadora do NAEA e do DCP/CFCH/UFPA

Introdução

A origem e evolução das atividades de transformação no Pará constituem objeto de algumas análises que revelam em diversos períodos os limites estruturais para sua ampliação e consolidação como base da economia regional.

Recuperaram o espaço para a atividade fabril na Pós-Cabanagem (1840-1865) quando a economia paraense desestruturada retomou a reorganização do trabalho para a coleta dos gêneros extrativos, o plantio de espécies agricultáveis, os serviços nas fazendas de criação ou nos engenhos. Rearticulou-se o comércio e o movimento portuário e o segmento dos comerciantes livrou-se do isolamento em relação ao mercado interno, realimentando o promissor comércio internacional. Nessa fase de retomada econômica abriu-se espaço para a produção local de bens de consumo para o mercado regional. Ao lado dos tradicionais engenhos de fabricação de açúcar aparecem os “estabelecimentos fabris” vinculados estreitamente ao mercado local. (Acevedo, 1988). A emergência desse setor dividia a opiniões entre os segmentos favoráveis às atividades agrícolas e os defensores da organização econômica da sociedade com base na “indústria fabril” e a “manufatura” associada à modernização de processos de trabalho e ao aperfeiçoamento das máquinas. As posições entusiastas compartilhavam do auxílio e proteção do governo aos empreendimentos. Por volta de 1850 implantaram-se estabelecimentos destinados a substituir alguns produtos importados, a exemplo da Capital do Império. Fábricas de sabão, velas de sebo, óleos, chocolates, carroças, carruagens, cordaria, chapéus, além de fundição de máquinas. Em 1862, os estabelecimentos “artesanais” e “industriais” da província foram recenseados constatando-se que os 1.095 em funcionamento, empregavam 9.608 trabalhadores e nas “fábricas de Belém” encontravam-se dois terços desse grupo (7.596 trabalhadores). Evidentemente os critérios para definir os estabelecimentos “artesanais” e “industriais” eram amplos incluindo-se casas de farinha, engenhocas, pequenas olarias. Em 1860 listam-se 164 estabelecimentos: fábrica de açúcar 166, de faiança 25, de sabão 24, de cal 18, serrarias 10, de óleo 6, de louça em barro 6, de chocolate e de descascar arroz 3 de cada, de transformação de café e fabricação de vinho de caju, registram-se uma de cada. (Buarque, 1862) as “fábricas” beneficiadoras de matéria-prima agrícola e extrativa (algodão, arroz, café e madeira) eram poucas, apenas algumas delas haviam incorporado novidades como máquinas movidas a vapor e contratavam trabalhadores livres.

Esses estabelecimentos fabris experimentaram oscilações e parecem ter tido vida curta. Sua própria matriz explicaria os percalços. Os fluxos de capitais foram aplicados no comércio mais do que investidos nas fábricas. Por alguns anos, aos poucos, a concorrência foi totalmente desfavorável. Os artigos importados – alimentos, roupas e móveis – eram quase mais baratos do que os produtos locais, embora com os agravantes advindos da taxaço elevada, dos altos custos dos fretes e dos “lucros exagerados” (Bates, 1848).

A entrada da companhia de Navegação e Comércio com a expansão de seus negócios de exportação originava um fluxo de capitais e mercadorias que retraía o setor manufatureiro emergente. (Acevedo, 1988).

Os movimentos de ampliação responderam a uma demanda derivada do crescimento do mercado em função de efeitos encadeados pela ampliação da economia gomífera, do aumento de setores urbanos (transporte, navegação, construção civil, funcionalismo público, etc.) e da formação de núcleos de colonização. Nas décadas finais do século impulsiona-se o processo de substituição de importações que coexiste com uma demanda pré-existente por bens de consumo, e em dimensão menor, por máquinas e equipamentos agrícolas e industriais, e por meios de transporte.

Mourão confere a persistência de manufaturas integradas à produção de gêneros agricultáveis e de extração – beneficiamento de matérias-primas, produzindo para o mercado local, dependente da “importação de mercadorias”. A luta e proteção do setor estavam voltadas para a liberação desse mercado e pela “produção e reprodução ampliada do capital em nível local”. (mourão, 1989). Essa categoria parece não comportar o movimento interno da economia e do ramo.

Os estabelecimentos em pequeno número considerados sólidos, pela autoria citada, respondem pelos ramos gráficos, de carpintarias e de construção civil. As características das unidades permitem verificar no fim do século, o predomínio de fábricas de tamanho pequeno e médio, produzindo variedade de mercadorias. Elas estavam inseridas numa organização do trabalho de base familiar e em geral utilizavam, instrumentos de trabalho simples. Dominam os traços de seu “caráter essencialmente” familiar. Poucos escapavam desse padrão, entretanto Mourão não investiga a categorização e a diferenciação desses estabelecimentos (Tabela 1).

TABELA 1. ATIVIDADE FABRIL NO PARÁ.

	Nº de Estabelecimento	Nº de Operários	Capital (contos)	Valor da Produção
Pará	54	2.538	11.483	18.203
Distrito Federal	662	34.850	167.120	218.345
Total	3.120	149.018	653.556	731.292

Fonte: Impressões no Brasil no século XX. Cloyd Greuter, Britanir Publish. Company Ltda. 1913, p. 322.

Nesse ramo classificam-se 54 estabelecimentos, ocupando 2.539 com capital total de 11.453 contos, o que oferece uma idéia do campo reduzido da atividade fabril no Pará em comparação ao Distrito Federal e do Conjunto das Unidades.

Numa linha de interpretação de estabelecimentos com base na agricultura e no extrativismo, pode-se, entretanto, elaborar uma problemática que inquiria esses inícios de “industrialização” indagando pelo presente.

Nas primeiras décadas do século, três gêneros podem ser rastreados para inferir à problemática (interna e externa) dos avanços do seu beneficiamento. O cacau, a borracha e a castanha aparecem nas exportações do período Pós-Cabanagem. O primeiro havia sido, num lapso de 1749 e 1815, o produto de destaque na economia colonial, reduzidos a lugar secundário nos anos 1840. No ano de 1860, existiam 03 fábricas de chocolate. Dez anos depois, restava uma, e no Almanaque Laemmert de 1883

constam duas. Pode-se deduzir que localmente o cacau encontrou limite para sua integração³. O cacau era, em 1946, exportado em sacas de 90 kg. Engrossava a lista de gêneros de exportação de cinco casas em Manaus (Companhia de Importação e Exportação S.A., Expresso Mercantil LTDA, L. Honório & Cia, Ezaqui, Irmão e Cia LTDA, Oscar Santos e Cia.). Em Belém os exportadores J. Teixeira e Cia., M. G. Serfaty, Dias & Cia, negociavam o cacau e a castanha com casca beneficiada. No ramo estavam ainda Benchimol; & Irmão, Jaime Benchimol & Cia LTDA, Nohon & Irmão, Nohon & Serruya. (Cadastro Brasileiro de Comércio e Indústria, 1946).

A borracha entra em fase de expansão nas décadas de 1879 e 1880. Entretanto o detalhe expressivo é ter inaugurado uma fase de produção doméstica, distinguindo-se como mercadoria os sapatos de borracha.

O Relatório do Presidente Souza Franco indica para 1840 – 1841 a exportação de 317.287 pares. O Viajante Daniel Kindder (1880), descreve impressionado as fabricações e a forma de transações realizadas por coletores – fabricantes dos sapatos que traziam suas mercadorias amarradas em um pau, carregado nas costas. As casas exportadoras orientavam para portos estrangeiros as produções fragmentadas de cada unidade familiar. Entretanto, a economia mundial traçou o perfil centralizado de sua demanda exigindo a “borracha em obras”.

A modalidade artesanal de fabricação de sapato de borracha desapareceu em 1855 das exportações. Esse intervalo é de aumento da coleta da borracha que imprime efeitos reduzidíssimos aos beneficiamentos, o que ocorre no fornecimento de instrumentos de trabalho por pequenas fábricas locais. As folhas de flandres importadas da Inglaterra eram utilizadas para fazer tigelinhas. As madeiras eram beneficiadas e serviam para construir caixas para borracha. Existiam em 1880, quatro dessas fábricas.

Regionalmente o projeto mais avançado de beneficiamento de borracha foi executado com a fabricação de pneumáticos, do qual se tem notícias de fundação em 1897. Foi ela a S.A. Bitar Irmãos, que realizava “beneficiamento de borracha, fabricação de pneus e câmaras de ar e todos os artefactos de borracha” com capital de 5.000,000 contos, em 1946. Felipe e Raimundo Faca registraram a Companhia Paraense de Artefatos de Borracha S.A. em 1924, com fabricação de pneus e câmaras de ar. O capital era de 3.000,000 contos de réis. A mesma modalidade fabril era executada pela Companhia Industrial do Brasil; fundada em 1930 e importante na exportação de castanha. Em Manaus existiu a Companhia Brasileira de Artefatos de Borracha, e a Fábrica Brasil Hevea. (Cadastro Brasileiro de Comércio e Indústria, 1946. P. 103-33).

O progresso da industrialização da borracha no exterior é a grande frustração nos discursos de governantes, dos intelectuais e dos homens de empresas da época. Desafio que se coloca na visão dos que abjuravam do extrativismo, daqueles que sob este modelo industrializado poderiam admitir os “males” da borracha. Resultavam frustrados o ideário liberal e o conservador, derrotados ao mesmo

³ As diversas fontes consultadas (anúários, mensagens de governadores, relatório da fazenda, obras de compilação) oferecem dados díspares; para evitar interpretações quantitativas com restrições das fontes, apenas indicamos percentuais e as tendências globais.

tempo no campo das forças da economia internacional. Nem o esquema agroindustrial, com base assegurada pelo plantio racional da espécie foi proposta exequível, nem a condição de produtora de pneumáticos lhe foi reservada na divisão nacional do trabalho.

A experiência notável de produção de beneficiamento da borracha foi Fordlândia. Refere-se Costa que “Em 10 de outubro de 1927 foi constituída a companhia Ford Industrial do Brasil, então a maior empresa do mundo, líder da indústria automobilística dos Estados Unidos. Tinha por objetivo a condução do processo de utilização produtiva de uma concessão de um milhão de hectares de terra, feita pelo governo do Estado do Pará, às margens do Rio Tapajós nos municípios de Itaituba e Aveiro. O centro das pretensões da Ford era o desenvolvimento de uma plantação gigante de seringueiras – expressava, entretanto, nos seus estatutos, a intenção de atuar em múltiplas atividades extrativas, industriais, comerciais e financeiras. Milhares de trabalhadores foram mobilizados, vastas áreas foram desmatadas e plantadas, maquinismos avançados foram instalados e dois equipados centros urbanos foram erguidos (Fordlândia e Belterra) em função das necessidades dos empreendimentos. Vários milhões de dólares foram gastos. Em 1945, após dezoito anos de atividades a companhia foi extinta e todo seu acervo transferido, a preços simbólicos, para o governo brasileiro. No seu encerramento a companhia contabilizou um prejuízo de US\$ 9.276,04 a preços correntes de 1945.” (Costa, 1981. P. 02).

As razões do fracasso, segundo o autor, deveram-se à escassez e a inadaptabilidade ao regime de trabalho assalariado pela população, produção local e as dificuldades de vencer a concorrência da borracha sintética.

A exploração da castanha regionalmente usada para a alimentação humana e sustento de animais domésticos, embora tendo sua exportação iniciada em 1800, é no início do século XX que vai se firmar e possibilitar a formação de novos grupos econômicos na região. O interesse pela exportação da castanha, está relacionado com o declínio da borracha na Amazônia. Nesse momento o capital e força de trabalho disponível foram orientados para a cata de outros produtos de origem extrativa como madeira, cacau, e no caso do Baixo Amazonas e do Tocantins, a castanha do Pará que encontrou boa receptividade no mercado externo em expansão.

A castanha do Pará como matéria-prima para essa dimensão do beneficiamento/exportação retém algumas especificidades. Pode-se no rastreamento da economia urbana – exportadora encontrar-se ao longo desse século, unidades de beneficiamento. A natureza da castanha, sua perecibilidade e distribuição no território fez com que a instalação das unidades de beneficiamento coincidissem com os lugares de concentração da coleta, sobretudo pela introdução nos anos 50-60 de métodos de lavagem, secagem e classificação. Usinas de beneficiamento de castanha existiram em Óbidos, Oriximiná, Manaus, mas reportavam-se à Belém, como ponto de distribuição ao mercado externo. O gênero precariamente beneficiado foi dominante para exportação. Na década de 1930, na fase de ascensão, ela passou a identificar um ramo com certa especialização. Os agentes desse processo definiram-se num perfil empresarial pelas suas origens. Os mais fortes na esfera mercantil, estimulados pelo mercado cativo da amêndoa, deram um passo importante no controle de beneficiamento e da comercialização das castanhas lavadas e selecionadas. O cacau e a borracha não tiveram movimento e dinâmica

semelhante à castanha. Certamente a economia da castanha consolidou uma experiência histórica que pode ser recuperada em diversos planos.

Os grupos oligárquicos que dominaram a região do Tocantins – Itacaiunas encontram na exploração da castanha do Pará e no controle das terras sua legitimação econômica e política (Emmi, 1988). A hegemonia desse grupo consolida-se com a entrada no setor de beneficiamento e exportação. Essa perspectiva histórica desenvolvida pela autora permite acompanhar as relações sociais e de poder na fase de desestruturação, no contexto das políticas da década de 70. O que ocorre de interessante é contrapor suas estratégias fundiárias (desde que o controle das terras com castanhas era fundamental para avanços na sua trajetória social) com suas estratégias empresariais (desde que centralizem não apenas o beneficiamento com a exportação). Nesse ponto é possível analisar as formas de consolidar as experiências de controle do poder econômico e político, a exemplo da Associação dos Exportadores da Castanha, do grupo proponente do “Polígono Castanheiro do Tocantins”.

Beltrão (1983) destacou da economia da castanha sua faceta industrial, estudando as relações de produção no segmento específico das operárias da castanha. Enquanto grupo organizador de relações sociais, o dono de fábrica de castanha pode ter um retrato diferente do “dono” de castanhal? Com esse tipo de exame abrem-se inúmeras possibilidades. Castro enfatizou na perspectiva da divisão do trabalho a problemática de dois mundos do trabalho conectados por uma unidade de referência – a economia da castanha. Nesse ângulo ela frisou as relações de produção e processo de trabalho nos dois mundos: castanhal e fábrica. Dessa maneira configura-se a natureza das tensões e conflito entre “capital e trabalho” na usina e no castanhal (Castro, 1988).

Indagar sobre as condições e limites estruturais desse tipo de empreendimento, representa um exercício mais amplo de conferir o que significaram as ações (individualizadas) no empresariado paraense, em especial dos últimos cinquenta anos. Que modelo de empresário esteve à frente do setor, no período em que a nível nacional, forças econômicas e políticas tomam a dianteira do processo de industrialização? Essa reflexão pode conduzir a questões provocativas, porque inquirir sobre as fragilidades que convergiram uma fase de investida externa, para o retraimento dos projetos moleculares de diversos atores que se fazem presente na história empresarial do Pará. Se essas questões não estão resolvidas, elas pelo menos sugerem elaborar os argumentos e levantar a empiria que permita responder às propostas individualizadas de fomento a atividade fabril, e quais as dificuldades para centrar-se sobre linhas e políticas de consolidação em bases continuamente reformuladas sob influência da divisão nacional e internacional do trabalho.

Trajetórias das usinas e estratégias empresariais

Na entrada do presente século a crise sacudiu a estrutura econômica regional. Primeiro sobreveio a queda do preço do cacau em 1906, segue-se a baixa do preço da borracha, segundo gênero da produção nacional. Em 1913, a libra da borracha valia em Nova York mais de um dólar. (Mendes, 1908). O quadro a seguir mostra em números absolutos as oscilações dos três produtos no período de 1890-1920, quando a castanha emerge como gênero exportável.

TABELA 2. EXPORTAÇÃO DE CACAU, CASTANHAS E BORRACHA 1890-1919.

ANNOS	CACAU Tons.		CASTANHAS Heet.		BORRACHA Tons.	
	Quant.	Valor Contos	Quant.	Valor Contos	Quant.	Valor Contos
1890	2.733	1.217	4.221	46	4.664	19.068
1891	4.992	2.919	109.700	808	7.304	21.420
1892	3.201	3.661	60.841	968	6.474	17.416
1893	3.569	4.192	40.001	700	8.240	34.730
1894	2.595	2.949	113.545	1.670	8.048	37.450
1895	3.767	3.420	44.668	647	8.209	44.451
1896	2.436	2.214	47.547	765	8.870	64.676
1897	2.834	3.513	65.325	1.318	9.235	69.917
1898	2.183	4.634	65.258	1.507	9.518	84.518
1899	3.786	6.169	115.262	1.886	9.518	84.518
1900	2.233	2.858	20.929	323	9.719	64.195
1901	2.311	2.644	17.726	355	10.051	44.664
1902	2.739	2.652	66.463	1.159	10.501	39.460
1903	3.321	3.039	88.001	1.647	11.134	50.814
1904	3.539	3.025	23.584	446	11.428	58.373
1905	3.015	1.602	79.048	1.162	11.325	52.915
1906	1.449	867	38.995	680	11.746	52.195
1907	2.062	2.305	54.461	1.601	2.415	44.110
1908	2.396	1.846	82.041	1.387	11.724	49.581
1909	3.156	1.992	75.416	1.060	11.221	80.001
1910	2.306	1.292	69.900	1.149	9.414	48.031
1911	2.115	1.296	37.878	872	11.790	46.790
1912	1.102	745	74.332	986	11.021	36.680
1913	1.769	1.236	13.997	309	9.950	23.538
1914	2.406	1.346	112.436	1.652	9.382	28.034
1915	2.987	2.758	66.443	1.316	9.382	28.034
1916	2.725	3.815	74.671	3.112	9.441	36.200
1917	2.571	2.240	146.498	2.204	8.799	26.084
1918	1.835	1.498	87.340	1.575	5.934	12.500
1919	2.257	1.816	79.638	3.143	=	=
		45.094		36.016		1.285,858

Fonte: CORDERO Luiz. O Estado do Pará: seu comércio e indústrias de 1719 e 1920, p. 13/14.

Durante o Congresso Comercial e Agrícola (fevereiro/1910), reunindo autoridades em Manaus foram discutidos os problemas em relação à agricultura, comércio e indústria extrativa, resolvendo por oferecer “prêmios aos *agricultores* que plantarem metodicamente hevea e cacauzeiros” e para os “*pequenos agricultores*” que estabelecessem plantações de cereais e algodão. Destacava-se sobre a indústria a proteção à borracha “(Relatório do Secretário de Fazenda, 1911)”.

As safras de castanha vinham em aumento desde 1889, e na década seguinte ela ocupou o segundo lugar nas exportações regionais. Entretanto, não lhe era dispensada maior atenção. Em 1910, atingia um preço de 19 \$ 350 por hectolitro exportado para a Inglaterra e Estados Unidos. As quantias

registraram aumentos escalonados. Mesmo examinando fontes com algarismos diferentes, estas indicam essas proporções. No intervalo de 1910-1915 a primazia dos embarques foi concentrado no Baixo e Norte do Amazonas, destacando Óbidos, Alenquer, Montenegro (atual Amapá), com 85% do total das exportações.

Figurava como agente da economia da castanha o comerciante – *dono de vapores*. A importância de vapores para transportar a castanha, era medida pela sua capacidade de carregar as barricas (entre 100 a 300 barricas) utilizando motores Diesel de 18, 20 e 25 HP. (Antônio, 1927).

O governo intermediou o fortalecimento do sistema de transporte, e seus promotores articulavam-se aos setores de exportação e importação. A fazenda do Estado concedeu em abril de 1910, subvenção a José Gabriel Guerreiro, para organizar a Empresa de Navegação a Vapor do Baixo Amazonas, com sede em Óbidos, no valor de 960 \$ 000 contos. (Relatório do Secretário da Fazenda, 1911). A destinação dos embarques era para Belém e Manaus, dirigidos às casas de consignatários e às de representantes do setor de exportações. O castanhal enquanto núcleo, de organização da atividade coletora ainda não existia. O papel articulador entre coletores independentes, e o mercado cabia exclusivamente ao capital mercantil. O sistema de comercialização da castanha era organizado nos moldes da produção da borracha e se fazia através de casas aviadoras e de firmas exportadoras.

Na trajetória das firmas e de empresários ligados à castanha podemos marcar duas fases diferentes. Na primeira predominavam as firmas tradicionais da borracha. Santos reportando-se a essa época assinala que:

“as casas aviadoras de Belém e de Manaus passam a fornecer largas quantidades de mercadorias aos patrões para serem pagas com castanha que vendem aos exportadores. Estes últimos são os mesmos que monopolizam o comércio exterior da goma elástica...” “Em 1929, ainda eram os principais exportadores de castanha de Manaus, General Rubber Co. of Brazil, Alden LTDA., Amazonas River, General Rubber e outros” (Santos, 1980, p. 185).

O monopólio exercido pelo grupo de exportadores correspondia ao monopólio exercido pelas casas aviadoras. Segundo dados da Associação Comercial do Pará, nos fins da década de 1920 eram, recebedores de borracha, castanha e cacau em Belém, entre outras firmas, a Monteiro da Silva, Bitar Simão, Marcos Athias, Simão Roffé, Reginger e Cia., Nicolau da Costa. A. Borges & Cia., Dias & Cia., e F. Chamié. Havia assim um grupo que dominava o extrativismo vegetal quer se especializando na exportação de um produto, quer diversificando a exportação.

Essa fase que corresponde à primeira década do século e tem sua maior significação nos anos 20. É caracterizada pelo sistema de representação das casas recebedoras da capital no interior, no caso do Tocantins, principalmente em Marabá. Essa foi a entrada das firmas A. Borges & Cia. e F. Chamié. Uma exceção foi registrada por uma família de comerciantes de Marabá – os irmãos Chamon – que conseguiram concorrer localmente com as firmas representantes das casas aviadoras (...) Nos fins dos anos 20, o grupo Chamon, transaciona seus armazéns, depósitos e barcos para a firma Dias & Cia.

Em Belém, a usina de beneficiamento de castanha e também fábrica de conservas, fundada em 1910, com o nome de fábrica São Vicente de M. Santos & Filho, situava-se à margem do movimento maior provocado pelo fluxo de castanhas comercializadas no exterior (Diretoria Geral da Agricultura, Indústria Comércio, 1934). A expansão para espaços com abundância de castanha, como o vale do Tocantins, permitiu balancear o impacto de safras irregulares, fato característico da espécie.

Em 1921, registrou-se a castanha no primeiro lugar das exportações do Estado, no total de 184.763 hectolitros, o Baixo Amazonas tendo embarcado 72.667 hectolitros, seguindo da região do Tocantins com 53.728 hectolitros. (Anuário de Estatística do Estado do Pará, 1926). Domina o controle desses estoques numa ótica apenas comercial. O mercado externo recebia a fruta com casca. O Coronel José Júlio de Andrade, que controlava o rio Jarí e Parú (Município de Almerin) inovou no tratamento da castanha exportada submetendo-a a “cuidadosa lavagem”. Poucos compradores faziam esse beneficiamento que se tornou exigência após 1920, alcançando o produto lavado e selecionado os “mais remunerados preços”. No Tocantins a firma Borges e Cia., conseguiu tornar famoso o chamado tipo “Tocantins” pela qualidade da lavagem e da crivagem (anônimo, 1927).

A inventiva americana procurou resolver o problema técnico de extrair as amêndoas do seu resistente invólucro com um aparelho específico. (Anuário de Estatística do Estado do Pará, 1926). Os compradores urbanos do Pará, Amazonas e Amapá, intermediavam sem que aparecesse a renovação econômica interna. Todavia na esfera das transformações comerciais, encontrava-se a dimensão real para essa renovação e no seu interior o comportamento de seus agentes.

Nessa fase de crescimento da economia extrativista, o novo “boom” é propiciado pela atividade castanheira onde se desenvolvem formas específicas de relações de trabalho no castanhal e nas usinas criaram-se mecanismos de transações comerciais.⁴

Os castanhais incorporavam a sua exploração na condição de públicos, arrendados ou de propriedade particular. Essa condição determina a forma das relações entre agentes – o extrator e o regatão, o extrator e o “patrão”. Na primeira o castanheiro era livre e vendia o produto da colheita e a sua escolha, geralmente ao regatão. Essas vendas não eram usualmente medidas por dinheiro. O regatão fazia o comércio e vinha estabelecer-se com suas provisões de gêneros alimentícios nas proximidades dos acampamentos castanheiros trocando mercadorias reputadas e de elevados preços, por castanhas. O crédito estabelecia-se como regra. O fundamental nessa transação está no crédito e no preço da castanha. Nos castanhais arrendados ou de propriedade particular, a coleta é feita por conta do patrão; os extratores pagam com o produto da colheita os gêneros e utilidades de que tiverem necessidade durante a safra. O fundamental é a restrição do acesso às áreas de coleta para extrator livre; impõe-se a coerção física extra-econômica, o endividamento, isto em parte por situação de

⁴ As casas exportadoras em 1928 para Manaus J. G. de Araújo Ltda, General Rubber Company of Brazil, B. Levy & Adalber H. Alden. Ltd., Suter, Bauman & Cia.. Em Belém Amazon River, enchimol & Co., Beringer & Co., E. Pinto Alves & Co., B. Levy & S. Marques F. Chamié, General Rubber co. of Brazil, Higson Brooks & Co., M. F. Coutinho, Oliveira e Machado, Rannngler & Co., S. Bitar Irmãos, Simão J. Benjó & Co., S. <arques & Co., Suter Baumann & Co., Tavares Barbosa e Co., Teixeira & Co., Wilson Helgate & Co. As casas Adalbert H. Aldem, Benchimol tinha filiais na capital do Amazonas (Câmara, 1929).

escassez de mão-de-obra. Ambas modalidades encontram no preço da castanha a forma de extorquir o trabalho do produtor direto que recebe mercadorias majoradas (cerca de 50% sobre o preço da fatura) e vende a castanha a preços pré-fixados, abaixo do seu valor de mercado. Regatões e patrões encontravam-se articulados às casas de representação, aviamento e consignação de Belém e Manaus e repassam a esse primeiro elo da cadeia – o castanheiro – o preço da fatura majorada em 20% e funcionando com base no crédito. Essa elevação contempla ainda os 50% de sobrecarga dos preços.

Por força das condições em que se realizam as transações mercantis, o modelo de passagem da castanha – com casca ou descascada no castanhal e nas fábricas tornaram-se questão litigiosa entre o castanheiro e o patrão, entre as operárias da castanha e os proprietários das usinas, mas, sobretudo nessa época, aflora o conflito trabalhista urbanista.

A Inspetoria Agrícola do Pará elaborou em 1929 uma monografia onde era comparada a transação interna da castanha nos mercados intermediários até a colocação no exterior, explicava que: *“O mecanismo do comércio da castanha nos mercados exportadores é relativamente, mais complexo que o das relações entre os “extratores” e “patrões” ou entre estes e os “recebedores” nas praças de Manaus e Belém”* (Câmara, 1929).

A castanha em Belém e Manaus era obrigada a passar por um leilão anunciado na Praça do Comércio, na Bolsa de Belém. O leiloeiro recebia 0.5% pelas vendas feitas em praça e esse percentual era cobrado sobre a quantidade anunciada. O lote de castanha apresentado para venda era submetido ao corte (100 castanhas testadas para verificar a quantidade de podres). “Havendo 20 castanhas podres é claro que somente 80% do lote é bom e a quebra é de 20%. Para esse leilão as cotações eram transmitidas telegraficamente para as casas compradores em centavos por livre-peso, que eram convertidas em pence e depois em mil réis ao câmbio do dia, a partir daí era determinado o preço a pagar pela castanha. “Este preço é FOB sem mais despesas, sendo o frete pago pelos importadores”, explica o autor da monografia. A base desses negócios era 1 hectolitro” igual a 50 kilos ou um quintal inglês. Seguia-se uma lista de taxaões, impostos e regras. A esse conjunto de normas submetiam-se em 1928 cinco casas exportadoras de castanha do Pará em Manaus e em Belém 19 entre elas a General Ruber Co. of. Brazil e a Amazon River⁵.

Com a introdução da usina de beneficiamento oferecendo o produto castanha descascada alterou-se um pouco o sistema de comercialização. Provavelmente haviam transformado o corte ou quebra em rotina de exame de qualidade. Em 1934, foram as principais exportadoras as firmas Soares e Filho & Companhia Industrial do Brasil e Teixeira e Cia. (Boletim de Informações, 1933, p. 3). Nesse ano a exportação foi de 2.983,388 kg, desses 2.383,930 kg foram colocados em cidades dos Estados Unidos (Nova York, San Francisco, Los Angeles, Portland, Seattle) seguidos dos consumidores ingleses.

A Inspetoria Agrícola do Pará e do Amazonas escrevia com base nas cotações, as medidas mensais de castanha durante um quinquênio sobre o valor econômico do gênero e alertava para sua

⁵ As taxaões e processamentos burocráticos da castanha da exportação incluíam vários itens descritos por Câmara em 1929.

influência na economia: “si o seu *aproveitamento industrial* fosse estimulado e a sua exploração, precedesse uma racional organização do trabalho”. (p.61).

Entretanto, faltava uma definição preliminar sobre as estratégias dos proprietários desses estabelecimentos. Num nível, responde o fortalecimento das amêndoas. Semelhante a borracha, dependeria da plantação das castanhas. A experiência da perda da economia da borracha devido à produção dos seringais plantados de Ceilão estava acessível para os agentes inseridos na coleta e beneficiamento de castanha. Todavia nessa fase de expansão da procura e das exportações de castanha, apenas registram-se duas experiências de plantação. A maior realizada perto de Igarapé-Açu com 10.000 pés plantados e a Segunda em Codajaz – Amazonas. O êxito dos plantios que deram flores com quatro anos, não foi incentivador de novos plantios (Câmara, 1929).

Para atender as exigências do mercado num momento que o produto é alvo de valorização, o Governo paraense através da Lei 2.409 de 08/11/1924, impõe normas para regulamentar o beneficiamento da castanha.

Artigo 1º - Fica o Governo do Estado autorizado a regulamentar o beneficiamento da castanha de produção neste Estado, para criar tipos comerciais que influem na sua valorização:

Artigo 2º - O serviço de beneficiamento será feito diretamente pelo produtor ou pessoa por ele designada.

Artigo 3º - A castanha não beneficiada poderá ser tributada até 8% pelos municípios.

Artigo 4º - Os direitos de exportações do Estado sobre castanha não beneficiada, será, além das taxas adicionais, de 26% ad. valorem ficando mantida a atual para as castanhas beneficiadas.

Os investimentos para criação e funcionamento de uma usina de beneficiamento de castanha não eram de grande monta conforme se deduz de um comunicado Oficial do Ministério do Exterior, em 1934, em declarações atribuídas ao Cônsul do Brasil em Guajará-Mirim, Dr. J. de Mendonça Lima:

“... ao longo da zona servida pela estrada Madeira-Mamoré, poder-se-á criar com pelo menos duas dessas fábricas, uma em Guajará-Mirim e outra em Presidente Marques por serem pontos adequados. Não é de custo muito elevado uma fábrica para secar e descascar castanhas sendo de proporções regular. Segundo autorização informes, poder-se-á com a soma de cinqüenta contos de réis, adquirir os aparelhos ou apetrechos indispensáveis a uma fábrica desse tipo: secadores, tanques, tachos para banhar o produto em água fervente, para quebrá-lo, estufar, etc”. (Folha do Norte, 17 de jan/1934).

Na década de 30 os empreendimentos das usinas de beneficiamento eram extremamente acanhados. Nesse ano foi fundada a Companhia Industrial do Brasil (com capital de 6.000,000 contos em 1946), os sócios eram L. A. Tavernad Amorbiol Leitão e Elias Chamié. Beneficiava-se borracha e castanha. Em 1932, empregava 200 operários. A maioria dessas fabriquetas teve um resultado

péssimo. Na oportunidade da visita do Interventor Federal, General Magalhães Barata, acompanhados do Diretor da Saúde Pública, do Inspetor Sanitário e do Secretário da Prefeitura Municipal a Usina São Vicente (com 21 anos de funcionamento) foi reprimida na pessoa do gerente e ameaçada de não ser autorizado o funcionamento. A usina Benzecry é descrita nos termos seguintes: “*Trata-se de um prédio destinado à moradia, adaptado defeituosamente a uma usina sem preencher em absoluto, as exigências do regulamento sanitário*”. (Folha do Norte, 15/jan/1932).

O diagnóstico da comissão não credenciava seu funcionamento, pois dificilmente os proprietários poderiam transformá-la em estabelecimento industrial capaz de satisfazer às medidas de segurança sanitária. Outro agravante era sua localização no centro da cidade.

Enquanto a usina Santo Amaro encontrava-se prestes a construir um edifício, apresentando a planta à Saúde Pública, a usina Modelo, localizada à rua da Indústria destacava-se por dedicar-se exclusivamente ao serviço de beneficiamento de castanha. Havia cumprido as exigências legais. Contava com utensílios para refeições das operárias, aparelhos sanitários e de embalagens do produto. Os membros da Comissão exigiram colocar vidraça para evitar entrada de poeira “com prejuízo dos produtos a exportar” (Folha do Norte 15/Jan. / 1932). A Diretoria de Saúde Pública defrontava-se com a indisciplina dos proprietários de usinas, em não acatar o licenciamento e problemas trabalhistas graves. Em 1932 as usinas Santo Amaro, Progresso, Vila Nova (essas duas pertenciam a Claudini e Eurico Romariz) a São João, a Companhia Industrial do Brasil, a Santa Rosa, a São Vicente e a usina Glória foram convocadas pelo Prefeito Municipal e ouviram do presidente da Federação do Trabalho a leitura do Relatório de Inspeção, onde reputavam-se como medidas necessárias a sindicalização de todo operário, sem exceção, assim como contratação daqueles que apresentassem a carteira sindical, uniformização de um tipo de balança comum, pela prefeitura, uniformização de pesagem por ocasião da entrega por 5 ou 6 kg; uniformização do preço por 350 réis o kg, com a conta das próprias máquinas; retirada da usina de crianças de acordo com a letra do decreto 22042 de 3/11/1932; obrigatoriedade do ensino embora indireto, às analfabetas e prazo para aceitar somente operárias alfabetizadas; manter o horário de 8 horas para as mulheres e de 10 no máximo para os homens. (Folha do Norte, 15/ jan/1932).

Ao estabelecer as semelhanças entre o castanhal e a fábrica, no nível de organização do trabalho e de racionalidades despontam duas observações, enquanto sistemas produtivos. A primeira é que em ambos estabelecem-se formas não capitalistas de produção; a segunda é que a estratégia fundiária de apropriação e controle dos castanhais do Pará pela via do aforamento, arrendamento ou propriedade realizada pelos “pretendentes a dono de castanhal”, restringia-se à presença do regatão, com isso fechava-se o espaço das relações entre castanheiro-extrator com os patrões em moldes coercitivos, qualificáveis de “semi-servidão” (Emmi, 1988).

Inova-se na generalização da medida de cálculo da castanha imposta ao extrator, mas, sobretudo na imobilização do trabalhador direto no castanhal.

As fábricas existentes em sua maioria foram pressionadas pelas entidades de classe, entre elas a Federação Brasileira de Trabalho – Seção Pará e Concentração Feminina do Trabalho, inspiradas na

política trabalhista de Vargas exigindo que as trabalhadoras da Companhia Industrial do Brasil tivessem manutenção dos seus salários. A firma havia decidido arbitrariamente rebaixar pela metade suas remunerações – de 400 réis por kg caía para 200 réis. (Folha do Norte, 15/07/1930). Os proprietários justificavam essa decisão aos baixos preços da castanha associada à má safra. A segunda medida onde o governo colocava-se como mediador e árbitro na figura do Interventor Federal era relativo à pesagem e medida das indústrias de beneficiamento a ser combinado entre industriais e comerciantes e na voz da autoridade entre “extratores” e comerciantes (Folha do Norte, 14/11/1932). A questão centrava-se em encontrar um tipo de medida, inclusive idêntica para o Pará e o Amazonas. A proposta do Pará, na pessoa do Dr. Deodoro de Mendonça, foi de considerar o hectolitro como adaptável, admitindo “licitamente a quebra de 10% no mínimo” (Folha do Norte em 22/1/1933). O Interventor decidiu uniformizar e em 1933 estabelece-se a medida das caixas em 108 litros líquidos, ficando por conta das Prefeituras e Delegacias territoriais a confecção das caixas-medidas, sendo aferidas previamente. O recebimento da castanha para a conferência do hectolitro seria de 100 litros líquidos (Folha do Norte, 09/11/1933). Esse tipo de proposta vinculava-se ao desempenho das usinas beneficiadoras e determinava as relações entre as categorias do mundo fabril, articulado por agentes dominantes com um perfil latifundiário e mercantil.

As operárias faziam apelo às autoridades para dispensá-las dos “serões”, das horas de trabalho excessivas e das ameaças de serem dispensadas caso não acatassem a ordem de trabalhar aos domingos (Folha do Norte de 29/02/1932). O problema central estava sob o cálculo dos seus rendimentos. A Comissão das Operárias da usina Santo Amaro narrava que:

“A castanha que lhes tem sido dada para beneficiar, ou é excessivamente verde, ou é excessivamente madura, de modo que o trabalho exercido sobre a matéria reduz de muito o salário das operárias que, por aquela circunstância não chegam, às vezes, a fazer mil réis ou dois mil diários, depois de um labor que se inicia depois de 6 ½ da tarde, com um repouso de menos de meia hora”. (Folha do Norte, 02/04/1932).

O crescimento da economia da castanha não significou inovar na articulação dos sistemas produtivos e nas racionalidades dos empreendimentos. A extração permanece no padrão aportado pelo coletor individual (instrumentos de trabalho, organização nas colocações, etc). confere-se uma motivação simplista de crescimento pela expansão e incorporação de novas áreas abundantes de castanha e de aumentos dos mecanismos de coerção sobre o trabalhador impondo-lhe medidas e preços (das mercadorias consumidas e dos gêneros coletados).

As usinas maiores resolveram com formas de anexação de pequenas fábricas a garantia de frutos em safras irregulares, conseguindo responder às demandas dos exportadores. Tecnicamente mantém instrumentos de trabalho e os mesmos padrões de processos de trabalho afirmando seu arcaísmo. Localmente não surgiram produtos de beneficiamento mais avançado (enlatados, doces, óleos, tortas) com base na castanha.

Em 1942 os interessados na indústria e comércio do produto, solicitaram ao Presidente da República “amparo à produção da castanha” redigido na forma de “Memorial”. Justificavam o interesse desse apoio para a economia do “Vale Amazônico”, a vida dos trabalhadores rurais e o equilíbrio do “comércio paraense”. Também na oportunidade com respaldo na Associação Comercial do Pará, solicitaram à Comissão de Controle dos Acordos de Washington de designar o Banco do Brasil como comprador da safra. Esse entendimento autorizava as agências bancárias a efetuar a compra da castanha por conta da Rubber Reserva Company (Revista da Associação Comercial, 1442, p. 11) uma estratégia comparável aquelas que vigoraram com o café em fase de crise e de queda do preço.

A economia da castanha, para manter e elevar seus níveis de rentabilidade, necessitava ampliar o setor de beneficiamento, precisava de outras articulações não incorporadas nesse modelo extrativista. As rupturas principais comportavam uma diferenciação e especialização dos seus agentes – o latifundiário “dono” do castanhal; o beneficiador de castanha; o exportador. Para cada um cabia um desafio. Ao primeiro, organizar racionalmente a exploração dos castanhais, incluindo a plantação de espécie, influenciando nas condições de trabalhos e salariais do extrator. Ao segundo, elevar a padrões tecnológicos mais avanços de beneficiamento da castanha com diversificação tecnológica e de produtos, romper com as formas de relações trabalhistas e colocá-las no universo fabril. Aos exportadores, alimentar e abrir o mercado garantindo preços de monopólio estabelecidos pela vantagem de ser a castanha do Pará gênero exclusivo e a região a única produtora. Nessa perspectiva, recoloca-se o beneficiamento como projeto industrializante amplo, como motor para os movimentos do pólo extrator e do pólo exportador.

O que se assiste nos anos 1950, pode ser visto no ângulo de permanência de interesses mercantis latifundiários, de reiteração de padrões comerciais com o fortalecimento do grupo que integrou a extração com beneficiamento simples e as exportações. Entretanto, não houve a consolidação da economia da castanha nos anos recentes, convivendo com uma crise congênita que não se explica apenas por razões externas ao seu desenvolvimento, tais como, mudanças na economia regional, mercados, concorrência de castanha do caju. Evidentemente, a atividade industrial não superou a condição de apêndice dos interesses comerciais e latifundiários. De fato, na história do beneficiamento da castanha confere-se um atrofiamento enquanto ramo produtivo.

As décadas de 1950-1970 vão marcar uma nova etapa da trajetória das firmas que se dedicam ao comércio da castanha. Se anteriormente era possível distinguir os exportadores (firmas tradicionais ligadas à exportação da borracha) dos comerciantes-aviadores e dos donos de usinas de beneficiamento, esta etapa é caracterizada por uma renovação no quadro de exportadores; por uma diferenciação de interesse dos atores; pela emergência da figura do “dono do castanhal” que ganha importância, no momento que mudanças na Legislação de terras do Estado vão permitir aquisição e controle permanente das terras de castanhais (Emmi, 1988). Esses elementos novos vão resultar numa dificuldade na identificação de um segmento empresarial exclusivamente castanheiro.

Os tradicionais exportadores vão ser substituídos por firmas especializadas na castanha, ligadas a várias regiões produtoras. Assim temos Dias & Cia. Borges & Cia (ambos em Marabá),

Chocron, Hamoy & Cia (os dois de Óbidos), Florenzano (Oriximiná). Permanece a Companhia Industrial do Brasil e a estas vem se juntar posteriormente firmas do tronco familiar Mutran de Marabá: Benedito Mutran & Cia Ltda, Exportadora Mutran Ltda, Jorge Mutran Exportadora Ltda.

Outra marca dessa etapa é a diferenciação entre atores. Quando se fala em empresário da castanha há de se distinguir: a) os donos de usinas que não estão localizados nas grandes cidades, mas que são desligados da coleta, não são proprietários de castanhais; b) o grupo de exportadores e beneficiadores que podem ser ou não proprietários de castanhais; c) os beneficiadores não exportadores e d) os beneficiadores, exportadores proprietários de castanhais que são também criadores de gado (produtores rurais). Individualmente verifica-se em períodos diversos o fortalecimento de uma atividade conectada no processo de transformação da castanha em mercadoria. Ora a política favorecerá o grupo que procura ampliar seus bens com o controle de terra, ora o grupo dos exportadores. De fato, essas políticas fortaleceram o grupo que tomou vantagem nos dois campos.

O primeiro Plano Quinquenal de Desenvolvimento da SUDAM no capítulo sobre o diagnóstico da economia indicava: “*E nas áreas dedicadas ao extrativismo e sujeitas ao regime de coletas comercial que se configura o subdesenvolvimento em sua expressão mais primitiva*” (SUDAM, 1967).

E condenava a atividade nas suas Diretrizes, explicitando que era necessário: “*Manter o ritmo de crescimento do extrativismo abaixo do ritmo de crescimento da economia, a fim de reduzir sua importância na região...*”.

O Plano, tomado como referência para os grupos vinculados ao extrativismo da castanha, traduziu-se concretamente no fortalecimento do grupo exportador. Na década de 70 e 80, a castanha ocupa lugar importante nas exportações paraenses. Esse fortalecimento guardou muito discretamente relação com mudanças a base extrativa. Na região do Tocantins o movimento é de transformação dos castanhais em fazendas pecuárias, mesmo sem contar com os favores dos Incentivos Fiscais (Costa, 1991)⁶. Costa examina a oligarquia marabaense, à luz das posições favorecidas em 1985 quando os interesses latifundiários tiveram vitória ao ser votado na Assembléia Nacional Constituinte as desapropriações de terras consideradas “produtivas”. O Ministro da Reforma Agrária Jader Barbalho negociou com títulos da Dívida Agrária, 56 imóveis rurais, (total de 205.308 ha.) no chamado Polígono dos Castanhais do Pará. Essa negociação foi extremamente vantajosa para os foreiros de castanhais de Marabá “oligarquia alijada pela política da ditadura, e no que se refere a sua face rural, ainda não contemplada pela fome” local “dos incentivos fiscais”. As vendas do Estado discriminam-se em 53 castanhais aforados e apenas 03 titulados (Costa, p. 49-50). A questão é verificar nessa fase definida por alijamento, que papel e vantagens usufruíram enquanto exportadores, esses grupos vinculados ao beneficiamento e exportação.

⁶ O Grupo Mutran exerceu durante três décadas (40-70) o poder em moldes, aproximadamente oligárquica na região de Marabá. Esse poder foi abalado com a entrada de novas forças econômicas, com a perda do controle sobre a mão de obra, com a nova redefinição política (este assunto foi objeto de discussão nos artigos de (Emmi, Acevedo, Bentes, 1987).

Nesse intervalo pouco se alterou o perfil do mercado dos produtos exportados. Notavelmente o padrão tecnológico permanecia como até o presente predominantemente manual.

Os estudos econômicos da SUDAM atribuíram justificativas a secundarização do extrativismo e beneficiamento da castanha pelo seu baixo ICOR (índice que permite verificar as relações capital-produto, denominado Incremental Capital-Output Ratio). No Plano da SUDAM ele é fixado no mínimo de 0,2 na distribuição setorial do ICOR e levado a manter-se “a nível baixíssimo de tecnologia” em oposição à agropecuária (1,5). A castanha havia apresentado preços favoráveis no período de 1960-1966, especialmente para o produto sem casca. Em 1966, foram exportadas 21.521 ton. No valor de NCr\$ 15.299.000 e colocava-se como prioritário manter a exportação independente dos tipos: sem casca e descascada.

O próprio mercado ditava uma estratégia que vinha ao encontro da tendência mercantil exportadora dos agentes. Naquele intervalo as usinas mantinham-se no beneficiamento manual, enquanto o mercado inglês absorvia a castanha com casca, aproveitando esse subproduto para fabricação de papel e plástico, pelo seu alto teor de celulose. O direcionamento das exportações para o mercado externo, com exclusividade, gerava observações e recomendações técnicas na SUDAM:

“organização do setor exportador, visando o seu fortalecimento em face da grande dependência do setor externo... para solucionar o problema de desorganização do setor exportador da castanha do Pará, torna-se necessário à intervenção federal. Essa intervenção objetivando a reunião dos exportadores em cooperativas ou ainda Associação, obrigando-os a um jogo comercial-honesto, coerente”.

Essa recomendação foi seguida à risca com a organização da Associação dos Exportadores de Castanha do Brasil, - ASEB, criada em 1975. Trata-se de uma associação sem atividade permanente reúne-se apenas para resolver as crises conjunturais do setor.

A segunda recomendação era conseqüente com a primeira, solicitando elaboração de “Planos de Financiamento às exportações no sentido de desenvolvê-las”. Avaliava o documento, “atualmente os financiamentos que se fazem aos exportadores que de maneira alguma estão desenvolvendo as exportações. O que está acontecendo é o fortalecimento de um grupo pequeno de grandes exportadores em detrimento de uma maioria de pequenos exportadores que vai se enfraquecendo”. Observava a necessidade de “melhor regulamentação de exportações”. Tratava-se, segundo o técnico da SUDAM, de realizar um tratamento diferenciado dos produtos, uma vez que a do tipo granel não se constitui em bom negócio. Por último estimulava uma “conquista de novos mercados através de esquemas publicitários”, introdução de novos produtos derivados da castanha para o consumo interno. Nesse período o consumo interno representava 1% da produção. Na época a experiência discreta e descontínua de inovação foi realizada pelo Sr. Jorge Age, que lançou no mercado regional a castanha

enlatada na forma de salgadinho, recomendada por ser a primeira do gênero. Por último, o trabalho da SUDAM, recomendava um modelo schmpeteriano, a racionalização capaz de mudar desde o processo de extração até a última etapa do beneficiamento. Confiava-se numa mudança do setor público e na “boa orientação” para o empresário.

Chega-se nos finais da década de 70, sem se poder destacar um segmento que tenha se especializado exclusivamente no beneficiamento e exportação da castanha, embora tenha uma Associação de classe que represente seus interesses – a ASEB. As estatísticas de pessoal ocupadas nas usinas aproximavam-se de 2.000 operários. Nos castanhais de Marabá estimavam-se 4.200 extratores. Essa cidade não foi contemplada com usina de beneficiamento – medida desejável para evitar deterioração dos frutos. Calculados os custos e problema do transporte até Belém, manteve-se a localização tradicional. Registra-se nas duas últimas décadas a diminuição do número de usinas em Belém.

O grupo de beneficiadores-exportadores que se identificavam como “grandes” no ramo tem declinado em função da pecuária. A Companhia Industrial do Brasil – CIB, por exemplo, que ocupava o primeiro lugar na década de 60 retirou-se do setor no fim da década de 70. Fato ocorrido numa fase de favorecimento com incentivos para exportação nos Ministérios de Simonsen e de Delfim Neto.

“Meros Agentes” ou “Empreendedores” no beneficiamento da Castanha

Atualmente no Estado do Pará, atuando no beneficiamento e exportação de castanha temos dez firmas: ADAI, CAIBA Ind. e com., Mundial Exportadora Comercial Ltda., Sociedade Brasileira de castanha Ltda., Usina Progresso, Benedito Mutran & Cia Ltda., Jorge Mutran Exportadora Ltda, Exportadora Mutran Ltda. O perfil não é muito diferenciado enquanto unidade fabril. As três últimas pertencentes ao tronco familiar Mutran controlam segundo seus proprietários 70% da exportação da castanha do Pará e Acre. Esse tronco familiar de origem libanesa radicou-se a partir de 1930 em Marabá. Inicialmente destacaram-se como compradores de castanha, donos de barcos e comerciantes, mais tarde conseguiram se apropriar de extensos castanhais. Exerceram nas últimas décadas o monopólio comercial da castanha (coleta, armazenamento, transporte) e a partir dos anos 70/80 conseguiram se firmar como os maiores exportadores do Estado do Pará. Nos anos 80, em transações efetuadas entre o extinto Ministério da Reforma Agrária e os pretensos proprietários de terras do Polígono Castanheiro do Tocantins se desfizeram de parte de seus latifúndios, entretanto continuam monopolizando a exportação do produto. A quebra desse monopólio e políticas de ressurgimento foram testadas, sem sucesso, em fins da década de 70, quando as firmas Companhia Industrial do Brasil, J. Athias e Moller resolveram se fundir na CONOBRE que teve apenas dois anos de existência.

Esse retrato leva a perguntar: quem são os atuais empresários da castanha? Quais são os seus interesses e perspectivas desse setor em relação à modernização e à continuidade? Os interesses dos empresários são diferenciados. Desenvolveram uma política francamente conservadora em relação às

mudanças, e à introdução de tecnologia. Revelaram-se contra o plantio racional para fazer frente à queda da produção da castanha motivada pelas queimadas. São contra a política de incentivos fiscais e a quaisquer fatores que lhes ameace o monopólio da exportação. (SUDAM, 1982). Continuam, pois a existir na égide do capital comercial, sem fazer da castanha, uma matéria de industrialização. Assim recoloca-se a questão inicial: que representam as usinas de beneficiamento de castanha no gradiente da indústria regional?

A incorporação de novas tecnologias nas fábricas foi mínima. Tal como nas décadas anteriores a castanha continua sendo exportada com casca e sem casca. Não se registrou nenhuma iniciativa de novas formas de beneficiamento do produto.

A proposta do grupo que assinou o Memorial Descritivo do Polígono dos Castanhais do Tocantins, notabilizou-se pela procura de garantias das terras para grupos familiares, sob a justificativa de “preservação da atividade extrativa da castanha”, dessa forma e através da regularização fundiária procuraram repelir o movimento camponês. Em essência, é uma atitude premeditada de manter reservas dessas áreas enquanto mencionam insistentemente os prejuízos causados por “invasores”, como o grupo denomina os camponeses que têm ocupado os castanhais. A reboque introduz a proposta de plantio de castanheiras. Transcorridos doze anos do documento do Sindicato Rural de Marabá e das discussões sobre o Polígono, as tentativas de plantio não se fizeram presentes, para romper os seus próprios limites econômicos e políticos que se colocaram para retomada de economia da castanha em bases ecológicas. (Emmi, Acevedo e Bentes, 1987).

Na sua obra “Teoria do Desenvolvimento Econômico”, J. Schumpeter (1961) constrói e argumenta duas assertivas que trazem as questões centrais da economia: o que é o desenvolvimento? Como e quem traça seus passos? Schumpeter escreve: “Por desenvolvimento”, portanto, compreenderemos apenas que aquelas transformações da vida econômica que não lhe sejam impostas de fora para dentro e sim que surjam por iniciativa própria no âmbito interno... com isso pretendemos dizer que o desenvolvimento econômico não é um fenômeno a ser explicado economicamente, porém, que a economia em si, sem desenvolvimento é arrastada pelas transformações do mundo circundante; que as causas, e conseqüentemente, a explicação do desenvolvimento devem ser pesquisados fora do conjunto de fatos explanados pela Teoria Econômica “. (Schumpeter, 1961, p. 89-90). A segunda quando ele argumenta sobre os empreendedores, assunto que não é menos provocativo para o registro da história empresarial, em especial de indústrias “de base extrativa” na Amazônia. Conhecer quem foram “meros gerentes” e que foram “empreendedores”, não é uma simples retórica classificatória. Para Schumpeter a diferença essencial é metafóricamente descrita: “Empreender um novo plano e agir de acordo com o costumeiro, são coisas tão diferentes quanto construir uma estrada e nela transitar”. (p. 117-118).

Os representantes do grupo de exportadores entrevistados concordam com um diagnóstico de crise na economia da castanha, especialmente por perdas de áreas coletoras do Tocantins, destruídas pelo desmatamento e transformadas em estabelecimentos pecuários ou pela utilização da castanha para fins de beneficiamento madeireiro. O quadro é complexo. A manutenção da condição de exportadores é garantida pela compra da castanha em outros Estados da Amazônia – Acre, Amapá, Amazonas –

com lucros de até US\$8.000.000,00 para os exportadores. Nessas unidades administrativas aparecem propostas de plantio, de instalação de mini usinas de beneficiamento de castanha, que enquanto não progridem abertamente não conseguem contestar o poder dos exportadores paraenses. O grupo esteve ausente no Encontro da ECO-AMAZÔNIA (Setembro de 1991) onde o empresariado local fez manifestações políticas dos seus projetos. Igualmente ele tem se furtado a declarações sobre qual será sua estratégia empresarial numa fase que se realiza insistentemente uma cobrança preservacionista e de propostas modernizadoras da economia e sociedade Amazônica.

Referências

ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth. *Espaço para a Atividade Fabril na Recuperação Pós-Cabanagem*. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 16. Belo Horizonte, 1988. Anais... Belo Horizonte: ANPEC, 1988, V. 4, p. 247-266.

ÁLBUM DO PARÁ. Em 1899. Governo de José Paes de Carvalho.

ALDEN, Dauril. *Significado da Produção de Cacau na Região Amazônica*. Belém, UFPA/NAEA/FIPAM. UFPA, 1974.

ANDRADE, Frederico Albert. *Conjuntura da Castanha do Pará*. Relatório Preliminar, Belém: SUDAM, 1968.

ANUÁRIO DE ESTATÍSTICA DO ESTADO DO PARÁ: governo do Estado do Pará, 1925, vol. 9, Tomo 1.

BATES, Henry Walter. *Um Naturalista no Rio Amazonas e Rio Negro*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1939.

BELTRÃO, Jane Felipe. *Mulheres da Castanha: Um Estudo sobre o Trabalho e o Corpo*. In: Bruschine, M. C. A., Rosemberg F. (orgs.). *Trabalhadores do Brasil*. São Paulo, Brasiliense, Fundação Carlos Chagas, 1983.

BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO PARÁ, Belém. V. 2, n. 2, Ano II, Pará.

CADASTRO BRASILEIRO DE COMÉRCIO E INDÚSTRIA, S. I., s.e. 1946.

CAMARA, Antonio Arruda. *A Exploração da Castanha do Pará*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1929 (monografia).

CASTRO, Edna Ramos de. *Do Castanhal à Fábrica*. In: SEMINÁRIO INTERDISCIPLINAR PADRÕES TENCOLÓGICOS E POLÍTICOS DE GESTÃO: Processo de Trabalho na Indústria Brasileira. São Paulo, 1988, Anais... São Paulo: USP/FEA/UNICAP, 1988, p. 381-421.

CORDEIRO, Luiz. *O Estado do Pará: Seu Comércio e Indústrias de 1719 à 1920*, p. 13-14.

COSTA, Francisco de Assis. *Capital Estrangeiro e Agricultura na Amazônia: A Experiência da Ford Motor company (1922-1945)*. Rio de Janeiro, 1981. (Diss. Mestrado FGV/CPDA).

COSTA, Francisco de Assis. *Ecologismo e Questão Agrária na Amazônia*. Belém, 1991, p. 42-50. (mimeo).

DIRETORIA GERAL DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO. Belém, v. 2, n. 9, p. 27, jul. 1934.

DIRETORIA GERAL DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO. BELÉM, v. 2, n. 8, p. 3, maio, 1934.

EMMI, Marília Ferreira. *A Oligarquia do Tocantins e o domínio dos Castanhais*. Belém, gráfica da UFPA, 1988.

___, ACEVEDO Marin, Rosa Elizabeth; BENTES, Rosineide; EMMI, Marília. *O polígono castanheiro do Tocantins: Belém, Pará Agrário, janeiro – junho de 1987*, n. 2, p. s/n, junho. 1987.

ESTADO DO PARÁ, 1902. Anuário Estatístico apresentado ao Sr. Secretário de Justiça, Interior e Instrução Pública. Dr. Amazonas de Figueiredo pelo Chefe da 2ª Sessão Egidio Leão de Sales. Typ. Ail and e cia. Paris, 1902.

FERNANDES, Floresta. *A Revolução Burguesa no Brasil. Ensaio de interpretação sociológica*, Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

FOLHA DO NORTE, Belém, v.38, n. 13775, 22 nov. 1933, p. 2.

_____, Belém, v. 38, n. 14123, 14 nov. 1934, p.2.

_____, Belém v. 37, n 13703, 15 set. 1933, p. 4.

_____, Belém v. 37, n 13792, 09 dez. 1933, p. 2.

_____, Belém, v. 36, n. 13138, 15 jan. 1932, p. 2.

_____, Belém, v. 34, n. 12627, 15 jul. 1930, p. 2.

_____, Belém, v. 37, n. 13683, 22 ago. 1933, p. 2.

_____, Belém, v. 36, n. 13208, 31 mar. 1932, p. 2.

_____, Belém, v. 36, n. 13206, 29 mai. 1932.

_____, Belém, v. 36, n. 13176, 25 fev. 1932, p. 04-05.

_____, Belém, v. 36, n. 13174, 23 fev. 1932, p. 2.

_____, Belém, v. 36, n. 13210, 02 mai. 1932, p. 2.

_____, Belém, v. 37, 17 jan. 1934, p.5.

_____, Belém, v. 36, n. 13131, 08 jan. 1932, p.2.

IMPRESNSA do Brasil no século XX. Londres: Loyd Greuter, 1913.

DIDDER, Daniel P. *Reminiscências de Viagens e Permanências nas províncias do Norte do Brasil*, São Paulo: Itatiaia, 1980. p. 193.

MENDES, J. A. *A Crise Econômica e a Borracha*. Pará, 1908.

MOURÃO, Leila. *Memória. Memória da Indústria Paraense*. Belém. Gráfica Falangola, 1989.

PARÁ, GOVERNADOR (Dionysio Ausier Bentes). *Mensagem apresentada no congresso Legislativo do Estado. Sessão da 12ª Legislatura Austier Bentes*, Belém, Imprensa Oficial, 1926.

PARÁ (PROVÍNCIA), PRESIDENTE (BRUSQUE). *Relatório apresentado pelo Ilmo. Sr. Presidente da Província Dr. Francisco Carlos de Araújo Brusque à Assembléia Legislativa da Província do Pará na primeira Sessão da XIII Legislatura. Em 10 de setembro de 1862, Pará. Typ. De Frederico Carlos Rhossard, 1862 (p. 36-66).*

PARÁ, (Província) Presidente (Souza Franco) *Discurso Recitado pelo Exmo Sr. Dr. Bernardo de Souza Franco. Vice Presidente da Província do Pará, na abertura da Assembléia Legislativa Provincial, no dia 14 de abril de 1841. Pará, Typ de Santos & Menor.*

PELO Tocantins paraense, *uma viagem à Marabá*. Belém: Oficinas Graphics do Instituto Lauro Sodré, 1927.

RELATÓRIO apresentado ao Governador do Estado do Pará Dr. João Luiz Coelho pelo Secretário de Estado de Fazenda Dr. José Antonio Picanço Diniz. *Relativo ao ano de 1910. Belém, Imprensa oficial 1911 (p. 8-9).*

SANTOS, Roberto. *História econômica da Amazônia: 1800-1920*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.

SINOPSE ESTATÍSTICA DO ESTADO DO PARÁ, Rio de Janeiro : IBGE, 1942.

SUDAM, 1º Plano Quinquenal de Desenvolvimento 1967-1971. Serviço de Documentação e Divulgação, Belém, 1967.

VELHO, Otávio Guilherme. Frentes de Expansão e estrutura agrária. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

VON LAEMMERT, Eduardo. SANER, Arthur, eds. ALMANAK ADMINISTRATIVO, MERCANTIL E INDUSTRIAL DO BRASIL, Pará, 1883. Rio de Janeiro, Laemmert, 1883, vol. 3.